

Plano de Estudos

cesec

Sociologia

Ensino Médio

Módulo III



ESCOLA DE FORMAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
DE EDUCADORES DE MINAS GERAIS

Governador do Estado de Minas Gerais

Romeu Zema Neto

Vice-governador do Estado de Minas Gerais

Mateus Simões de Almeida

Secretário de Estado de Educação

Igor de Alvarenga Oliveira Icassatti Rojas

Secretária Adjunta

Fernanda de Siqueira Neves

Subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica

Kellen Silva Senra

Superintendência de Políticas Pedagógicas

Rosely Lúcia de Lima

Diretoria de Modalidades de ensino e Temáticas Especiais

Fabiana Benchetrit dos Santos

Coordenação da Educação de Jovens e Adultos

Denise Jacqueline Silva Oliveira

**Superintendente da Escola de Formação e Desenvolvimento
Profissional de Educadores**

Graziela Santos Trindade

Diretora da Coordenadoria de Ensino da EFE

Janeth Cilene Betônico da Silva

Elaboração e construção

Professores Formadores da Escola de Formação e Desenvolvimento
Profissional de Educadores

Revisão

Equipe Pedagógica e Professores Formadores da Escola de Formação e
Desenvolvimento Profissional de Educadores

Supervisão

Juliano Alves Andrade
Silene Gelmini Araújo Veloso

Prezado Estudante,

Você está recebendo o Plano de Estudos de **SOCIOLOGIA - ENSINO MÉDIO - MÓDULO III**. Nele você encontrará conteúdos e propostas didáticas que o ajudarão a desenvolver habilidades fundamentais para o prosseguimento ou conclusão de seus estudos.

O material foi elaborado considerando o seu perfil, trajetória de vida, interesses, objetivos e necessidades. Neste Plano de Estudos você encontrará uma diversidade de textos, imagens, vídeos, músicas, questões, exercícios e outras propostas pedagógicas que foram elaboradas pensando em favorecer o seu processo de aprendizagem.

Você deverá desenvolver as atividades didáticas aqui propostas a partir dos suportes disponibilizados neste material e no Google Classroom. Porém, para o esclarecimento de qualquer dúvida ou para uma assessoria mais personalizada para a compreensão de conceitos ou realização das questões você pode contar com a orientação de estudos feita pelo professor orientador da aprendizagem do CESEC em que você está matriculado.

Desejamos que seus objetivos possam ser alcançados e que você continue em seu percurso escolar com sucesso.

Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais

SUMÁRIO

TEMA DE ESTUDO: Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética	05
TEMA DE ESTUDO: Política e Trabalho	26
TEMA DE ESTUDO: Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética	40
REFERÊNCIAS	52

MODULO NÚMERO III DE ESTUDO CESEC

Referência: Ensino Médio

Ano Letivo: 2025

Área de Conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Componente Curricular: Sociologia

PLANO DE ESTUDOS

Habilidades:

(EM13CHS501) Compreender e analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a autonomia e o poder de decisão (vontade).

EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais.

Unidade Temática:

- Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética.

Objetos de Conhecimento:

- Gênero, diferenças e desigualdades
- Sexualidade(s) em transformação
- O papel das instituições e dos mecanismos simbólicos e discursivos na atribuição de comportamentos à classe, à raça, ao gênero, ao sexo, à sexualidade e à questão geracional (juventudes).
- Raça: origens e transformações

GÊNERO, DIFERENÇAS E DESIGUALDADES

Nesse tema vamos nos aprofundar sobre os efeitos que a hierarquia entre os gêneros causa na nossa sociedade, sobretudo em relação a desigualdade entre homens e mulheres e pessoas “fora do padrão”.

Vivemos numa sociedade machista. Se a maioria das pessoas tende a concordar com essa afirmação, é sinal de que ela já integra o nosso senso comum. O machismo, definido de forma bem simplificada, se expressa em

um conjunto de ideias e práticas cotidianas que discriminam as mulheres e privilegiam os homens. A discriminação contra as mulheres se baseia, por sua vez, em uma outra ideia do senso comum: a de que a diferença entre elas e eles reside na diferença de seus corpos, principalmente no que toca às suas diferentes capacidades reprodutivas. Muitas vezes, a relação que é feita entre o temperamento atribuído à mulher e a sua capacidade de gestar e dar à luz contribui para que a principal atividade relacionada a ela seja a da maternidade e que o espaço doméstico e familiar seja considerado seu lugar natural por excelência.

São ideias como essas que acabam por delimitar os espaços de atuação e as oportunidades diferenciadas para homens e mulheres na nossa sociedade e, como consequência, a distribuição desigual de poder entre eles e elas. Quando a desigualdade de poder entre eles e elas é justificada pelas suas diferenças supostamente “naturais”, passamos a naturalizar essa desigualdade. Ou seja, passamos a aceitar sem problemas que existam essas desigualdades. E que desigualdades seriam essas? Na política, por exemplo, você vê as mulheres ocupando cargos na mesma proporção que os homens como prefeitas, governadoras ou deputadas?

Está correto que o mercado de trabalho se abriu para a mão de obra feminina nas últimas décadas em profissões que eram predominantemente masculinas anteriormente – médicas, engenheiras, pedreiras – e hoje é possível verificar a mão de obra feminina em todos os tipos de trabalho no Brasil: advogada, taxista, presidenta, faxineira, professora, policial, dentista.

Os Censos e pesquisas no Brasil revelam que as mulheres têm em média mais anos de estudo que os homens, mesmo assim, isso não se reflete na sua renda, ainda menor que a dos homens. Em média, as mulheres brancas ganham 40% a menos que os homens, executando a mesma função, enquanto as mulheres negras, 60% menos que os homens. Além de receberem menos que os homens, as mulheres trabalham mais horas que eles, pois a elas é atribuído o trabalho não remunerado de cuidar da casa e dos filhos, a chamada Dupla Jornada. Em adição, cresce cada vez mais o percentual de lares chefiados por mulheres que assumem sozinhas todas as responsabilidades com a família. Fatos que reduzem o tempo de que elas dispõem para cuidarem de si mesmas, do seu lazer e saúde, por exemplo.

No Brasil há a tendência a uma divisão sexual do trabalho em que as tarefas domésticas recaem muito mais sobre elas do que eles. Se considerarmos a violência doméstica sofrida pelas mulheres a desigualdade se mostra ainda mais aguda, estudos apontam que a cada 15 segundos uma mulher é espancada no Brasil. Soma-se às estatísticas de violência física, a violência psíquica, o assédio sexual e o feminicídio. Este último cometido na maioria das vezes por companheiros e ex-companheiros.

Onde está a origem dessa desigualdade? Mais uma vez, estudantes, falemos um pouco dela: **a Cultura!**

Mas o que isso tem a ver com gênero? E o que é gênero afinal de contas?

O conceito de gênero foi adotado pela Sociologia para distinguir entre Natureza e Cultura. Essa distinção é muito importante, pois com ela fica mais fácil diferenciar entre os fenômenos naturais (ex: a chuva) e os fenômenos sociais (ex: a violência contra a mulher). Como vimos, o sexo está associado à biologia (hormônios, genes, sistema nervoso e morfologia) e gênero tem relação com a cultura (psicologia, sociologia, incluindo tudo que aprendemos em nosso processo de socialização).

A antropóloga estadunidense Margaret Mead ficou conhecida, nos anos 1930, pois ao estudar três povos nativos da ilha de Papua Nova Guiné, na Oceania, ela demonstrou como as noções de feminilidade e masculinidade podiam variar entre culturas diferentes. Entre os pacíficos Arapesh das montanhas, tanto mulheres como homens apresentavam temperamento sociável, cooperativo e maternal sempre cuidando das necessidades de suas crianças. Já entre os ferozes caçadores Mundugumor, tanto mulheres como homens apresentaram comportamento viril, implacável e agressivo. Entre os Tchambuli das lagoas, por sua vez, as mulheres seriam as dirigentes dominadoras e impessoais, ao passo que os homens seriam menos responsáveis e mais emocionalmente dependentes. Essas três sociedades apresentam modelos bem diferentes do brasileiro, não é mesmo? Essa pesquisa foi a primeira a demonstrar que o comportamento não é definido pela natureza dos corpos mas pela cultura dos povos.

E ainda, que apesar de toda cultura determinar, de algum modo, os papéis sociais de homens e mulheres, esses papéis não necessariamente criam uma hierarquia entre eles e elas, como ocorre no nosso caso. Se a feminilidade e a masculinidade fossem definidas pelo corpo humano, elas seriam iguais em todas as culturas da humanidade.

O conceito de gênero fortaleceu a luta histórica dos movimentos feministas cujas reivindicações se baseiam no fim da hierarquia dos gêneros e na garantia de igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres. Por trás da ideia de gênero está a percepção de que o que é construído pela cultura, por mãos humanas, pode ser transformado. Se a subordinação da mulher não é natural, é possível combatê-la.

É importante perceber que as desigualdades de gênero não afetam todas as mulheres da mesma forma. As diferenças de classe, raça, idade, sexualidade, deficiência e nacionalidade afetam a suas vivências de maneiras muito diversas, apesar de serem todas mulheres. Foram

feministas negras e de países em desenvolvimento como o Brasil que atentaram para esta questão. Por também serem afetadas pela hierarquia de raça, a vivência de mulheres negras, por exemplo, tende a ser bem diferente da de mulheres brancas, sobretudo em um país com um histórico de escravização como o nosso. A esta conjugação de marcadores sociais se dá o nome de interseccionalidade.

O conceito de gênero nos leva para além das noções de masculino e feminino e amplia a nossa percepção sobre a diversidade humana, sobre o que realmente é a humanidade e fortalece a discussão sobre o direito de existir e sobre a dignidade de todas as pessoas independentemente da interseccionalidade de características que as define.

ATIVIDADES

Caro (a) estudante, para realizar as atividades abaixo, você deve ler atentamente, refletir e consultar o texto “Gênero, diferenças e desigualdades”, e se for oportuno, pesquise na internet sobre o assunto, visite a biblioteca e consulte livros de Sociologia disponíveis, e também procure e busque orientação do seu professor (a), buscando sempre enriquecer e ampliar seus conhecimentos.

Sucesso e bom trabalho!

1. Quais informações podem auxiliar os governos, a desenvolverem políticas públicas que revertam problemas sociais e melhorem a qualidade de vida das pessoas?

- A) as informações obtidas na separação das pessoas com os marcadores sociais.
- B) as informações utilizadas e interrelacionados com os marcadores sociais sobre a sociedade.
- C) as informações manipuladas e modificadas pelos marcadores sociais na sociedade.
- D) as informações produzidas na divisão de algumas pessoas sem o uso dos marcadores sociais.
- E) as informações obtidas sem o uso da classificação das pessoas pelos marcadores sociais.

2. A discriminação entre as mulheres se baseia em qual ideia do senso comum?

3. Explique porque na nossa sociedade, além de receberem menos que os homens, as mulheres ainda trabalham mais que eles:

4. Cite a que está associado o termo sexo e o termo gênero:

5. Esse conceito nos leva para além das noções de masculino e feminino e amplia a nossa percepção sobre a diversidade humana, sobre o que realmente é a humanidade.

- A) Conceito de sexo.
- B) Conceito de Machismo
- C) Conceito de Feminismo
- D) Conceito de Gênero
- E) Conceito de Sexualidade

6. “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico, define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto [...]” (BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980 [1949].)

O trecho acima, de autoria da filósofa feminista Simone de Beauvoir, nos permite reconhecer uma distinção importante para as Ciências Sociais que se resume na oposição entre:

- A) Masculino e Feminino.
- B) Cultura e Natureza.

- C) Ocidente e Oriente.
- D) Corpo e Alma.
- E) Natureza e Alma.

7. (ENEM MEC)

TEXTO I



Tradução: “As mulheres do futuro farão da Lua um lugar mais limpo para se viver”(1968).

Disponível em: <http://www.propagandashistoricas.com.br>. Acesso em: 15 ago. 2024.

TEXTO II

Metade da nova equipe da Nasa é composta por mulheres

Até hoje, cerca de 350 astronautas americanos já estiveram no espaço, enquanto as mulheres não chegam a ser um terço desse número. Após o anúncio da turma composta 50% por mulheres, alguns internautas escreveram comentários machistas e desrespeitosos sobre a escolha nas redes sociais.

Disponível em: <https://catracalivre.com.br>. Acesso em: 15 ago. 2024.

A comparação entre o anúncio publicitário de 1968 e a repercussão da notícia de 2016 mostra a...

- A) ambição de indústrias patrocinadoras.
- B) manutenção de estereótipos de gênero.
- C) equiparação de papéis nas relações familiares.
- D) elitização da carreira científica.
- E) qualificação da atividade doméstica

PARA SABER MAIS:

Comportamentos de gênero em sociedades diversas

Até o início do século XX, era comum as pessoas associarem o sexo ao gênero, por acreditarem na determinação do fator biológico sobre o comportamento humano. A antropóloga estadunidense Margaret Mead foi a primeira mulher a desbravar o trabalho de campo e, em seu ensaio intitulado *Sexo e temperamento*, datado de 1935, apresentou uma importante contribuição para a ruptura do condicionante biológico sobre comportamentos, hábitos, modo de agir, falar e sentir. Ela estudou três tribos diferentes de Papua-Nova Guiné: Arapesh, Mundugumor e Tchambuli. E tomando como base as construções sociais do mundo ocidental, em que os homens são considerados desbravadores, hostis, agressores, e as mulheres, mais carinhosas e dedicadas a questões familiares e maternas, Mead relatou que, na cultura Arapesh, tanto homens quanto mulheres exibiam comportamentos dóceis, afetivos e sutis, ou seja, um padrão de comportamento esperado de mulheres estadunidenses. Na cultura Mundugumor, a autora constatou que tanto os homens quanto as mulheres tinham comportamento agressivo e dominador, ou seja, um padrão de comportamento esperado dos homens estadunidenses. Já na cultura Tchambuli, a pesquisadora observou a inversão dos papéis: os homens eram dóceis e as mulheres agressivas, além de apresentarem um comportamento dominador e impessoal. Margaret Mead também encontrou indivíduos considerados “inadaptados”, ou seja, que não se enquadravam nos papéis sociais atribuídos, e percebeu que estes, por sua vez, assim como na cultura ocidental, também encontravam dificuldades de inserção, o que os levava ao ostracismo e a sanções sociais. Dessa forma, a pesquisa de Margaret Mead contribuiu para a análise de diferentes grupos sociais, evidenciando as construções culturais dos papéis atribuídos a homens e mulheres, rompendo com a perspectiva inata que atribuía os comportamentos e as emoções humanas ao fator biológico.



A antropóloga Margaret Mead em trabalho de campo nas ilhas Manus, em Papua-Nova Guiné, em 1953. Seus estudos influenciaram as primeiras

formulações sobre a mulher e sua condição social e individual, que se constituíram em importantes passos para as teorias de gênero e a Antropologia em geral.

Sexualidade(s) em transformação

As categorias de gênero e sexualidade têm sido alvo de crescentes discussões no cenário contemporâneo. Uma parcela significativa dos debates sobre tais temas fundamenta-se no questionamento e na crítica de um sistema de classificação binário que ainda dá sustentação a estruturas de comportamento e simbolismos que definem a identidade humana de grande parte da população mundial. Esse sistema de classificação binário foi empregado como o modo de diferenciar grupos sociais humanos e também como o meio efetivo de legitimar a dominação de alguns grupos sociais sobre outros. Desse modo, a ciência ocidental construiu pares de oposição binária, como: Ocidente e Oriente, Velho Mundo e Novo Mundo, brancos e negros, “nós” e “os outros”, metrópole e colônia, cristãos e pagãos, civilizados e selvagens, países desenvolvidos e países subdesenvolvidos.

Nessa lógica de classificação binária, o ser humano biológico também foi classificado em dois únicos subgrupos: homens e mulheres. Seguindo esse padrão binário, o corpo físico (sexo biológico) foi tomado como base para constituir, também de modo binário e excludente, outros elementos da identidade humana, como as expressões de gênero, a orientação afetivo-sexual, a identidade de gênero e os papéis sociais atribuídos a cada indivíduo.

Em seus diferentes estudos, *Michel Foucault* buscou compreender como o corpo humano, ao longo do tempo, tornou-se o espaço em que diferentes modalidades de poder e de saber atuam. De acordo com a análise de Foucault, sobre o corpo incidem dinâmicas de dominação, normatização, vigilância (por meio do autocontrole e/ou do dispositivo panóptico), instituições disciplinares, confecção de laudos médicos, psicológicos e periciais, além de práticas confessionais (de cunho religioso e/ou científico). Ao analisar os discursos, assim como as modalidades de saber e de poder que normatizam o corpo, esse pensador identifica sistemas de controle eficazes e potentes, diferentes das modalidades de poder que advêm do Estado. Trata-se da “microfísica do poder”, capaz de legitimar valores, saberes, comportamentos e práticas sociais atuando diretamente no corpo de cada indivíduo.

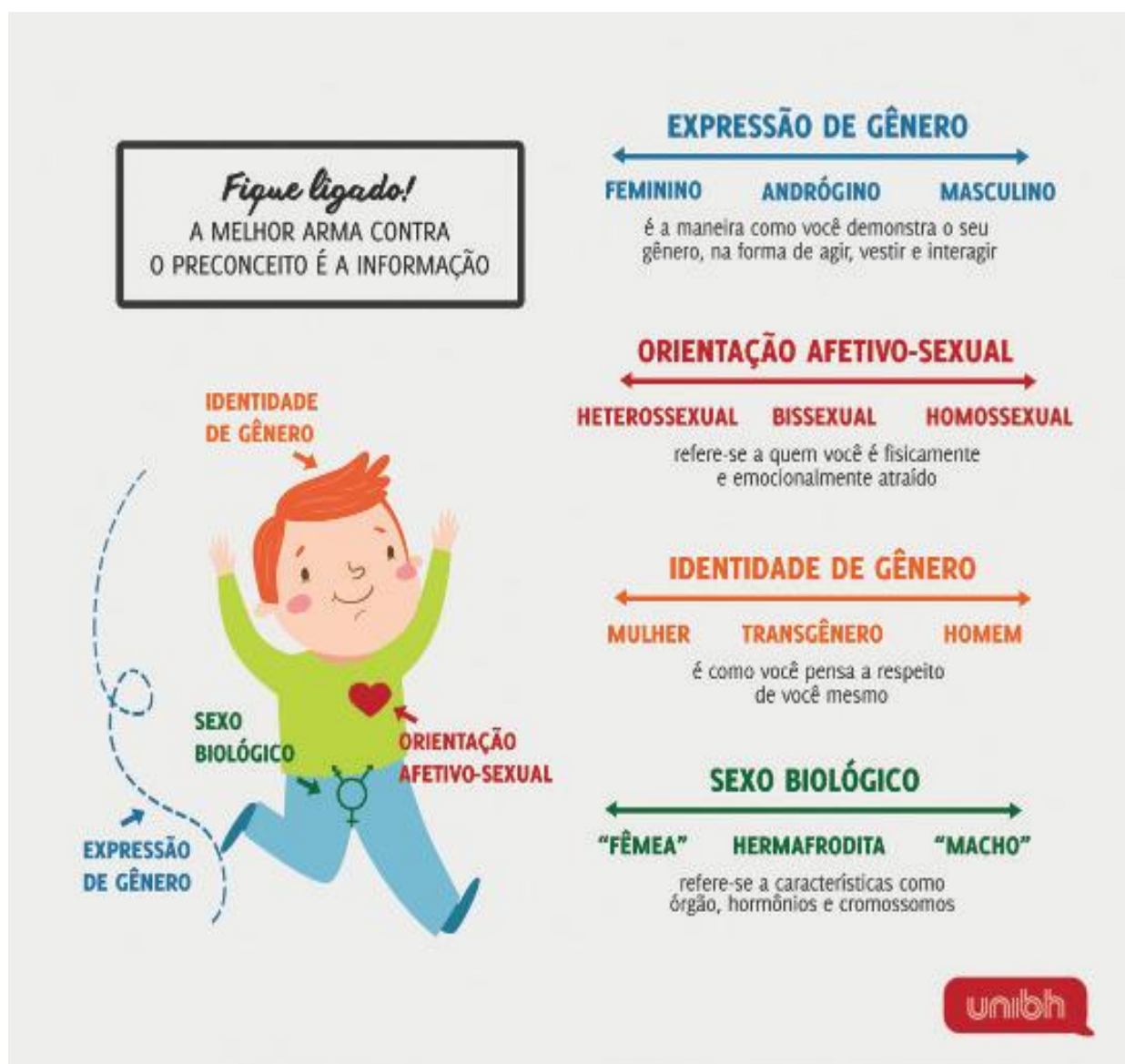
Em seus minuciosos estudos, o pesquisador revela que a sociedade moderna é caracterizada por relações que articulam corpos, saberes e

poderes. Sobre o corpo atua um conjunto de forças, que podem ser convergentes ou contraditórias, definindo a identidade histórica do indivíduo. Por meio dessa perspectiva, Foucault nega a neutralidade científica, assume que fazer ciência é, necessariamente, fazer política, demonstrando as evidentes correlações entre saberes, poderes e ciência. Assim, torna-se expressiva a afirmação de que “não há constituição de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua, ao mesmo tempo, relações de poder”, presente em sua obra *Vigiar e punir* (1996, p. 29-30).

Compreender que a ciência ocidental e as instituições religiosas modernas contribuíram para normatizar e disciplinar, segundo paradigmas binários, expressões, identidades e papéis sociais de gênero, assim como o sexo biológico e as orientações afetivo-sexuais, é algo que nos permite diagnosticar que tal categorização binária foi historicamente constituída e utilizada em favor de sistemas de dominação específicos, o que favoreceu, por exemplo, a ascendência dos homens sobre as mulheres. Desse modo, questionar e analisar o modelo de sexualidade humana advindo desse sistema binário permite aprofundar nosso entendimento sobre como a identidade de gênero e a sexualidade efetivamente se constituem. Se a heteronormatividade caracterizou, por muito tempo, o padrão “correto” de orientação afetivo-sexual nas sociedades modernas, atualmente esse modelo vem perdendo legitimidade.

As **Ciências Sociais**, juntamente com segmentos mais restritos da Medicina e da Psicologia, superaram a concepção de que a sexualidade humana é definida por elementos fisiológicos, bioquímicos e hormonais, entendendo-se que componentes socioculturais também são relevantes, na definição dos papéis sociais de gênero. A imagem a seguir mostra algumas das variações contemporaneamente associadas ao gênero, à sexualidade e mesmo ao sexo biológico.

No fim do século XX, emergiu um novo campo científico chamado estudos de gênero. Por meio de novas pesquisas e das significativas contribuições de movimentos sociais de gênero, argumenta-se que o comportamento humano não é naturalmente definido pelo nosso sexo biológico. Reconhece-se que há diferentes possibilidades de orientação afetivo-sexual, e que, além disso, a cada cultura, em diferentes tempos históricos, correspondem expressões de gênero específicas; legitimam-se ou negam-se orientações afetivo-sexuais; atribuem-se identidades de gênero e papéis sociais específicos a seus integrantes.



A ilustração apresenta, sinteticamente, quatro elementos que podem ser vivenciados de maneiras diferentes, transcendendo a antiga categorização binária e superando a heteronormatividade. Sexo biológico, identidade de gênero, orientação afetivo-sexual e expressão de gênero podem combinar-se de formas variadas, constituindo múltiplos modos de composição identitária de uma pessoa.

Fonte: Livro Sociologia em movimento. — 2. ed. — São Paulo : Moderna, 2016.

Adotar o relativismo cultural para reconhecer as diferentes composições identitárias presentes nas sociedades ao longo do tempo e do espaço é admitir que a variedade e a plasticidade são os principais elementos que constituem a humanidade. Assim sendo, acatar ou questionar normatizações culturais, ou, ainda, atribuir um novo significado a elas são possibilidades efetivas de comportamento humano, que fazem com que as culturas estejam em constante movimento.

Novas categorias emergem para nomear elementos relacionados ao gênero e à sexualidade. Quanto ao sexo biológico (dados hormonais, cromossomos e órgãos genitais) original de cada pessoa, empregam-se os termos sexo feminino/fêmea (para pessoas dotadas de vagina), intersexual (para aquelas dotadas de genitália ambígua) ou sexo masculino/macho (para indivíduos dotados de pênis). Já a identidade de gênero está associada ao que é considerado individualmente como mulher, homem ou transgênero/transexual (termos que definem as pessoas que não se identificam com o sexo de nascimento).

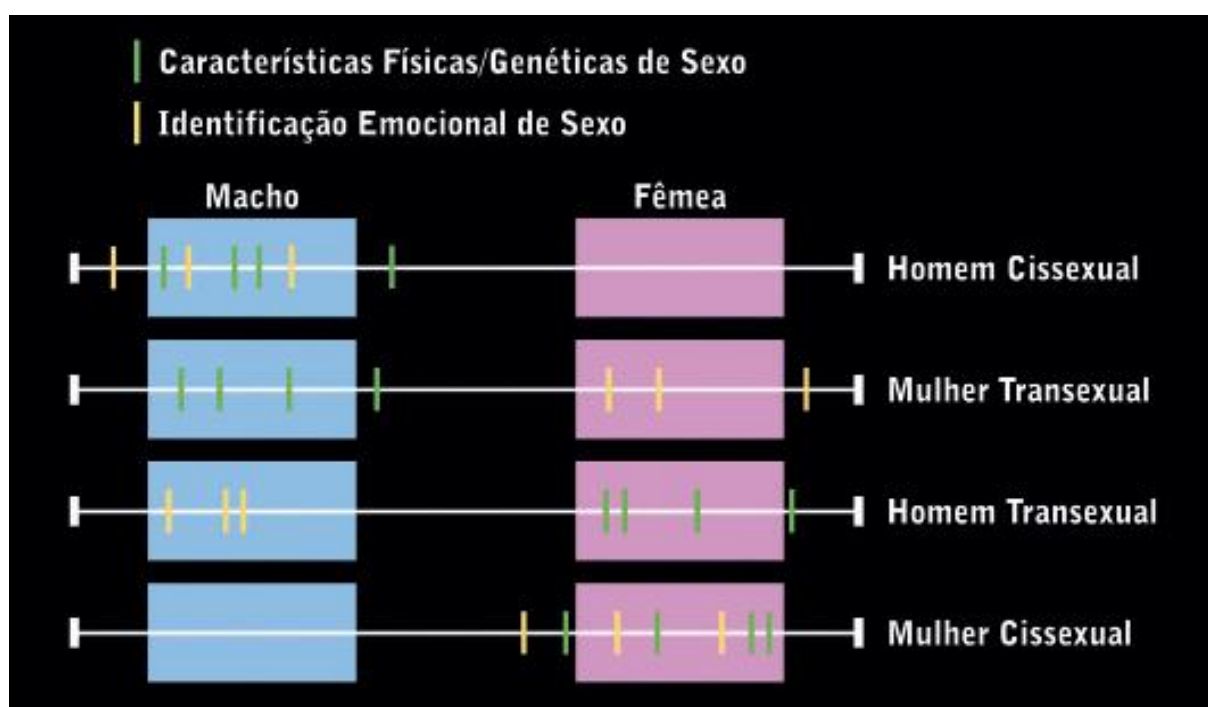
Nesse caso, chama-se mulher transgênero/mulher transexual aquela pessoa que se identifica com o gênero feminino e reivindica o reconhecimento como mulher (mas que não nasceu com o sexo feminino). Do mesmo modo, chama-se homem transgênero/ homem transexual aquela pessoa que se identifica com o gênero masculino e reivindica o reconhecimento como homem (mas que não nasceu com o sexo masculino). Quando há a associação entre a identidade de gênero e o sexo biológico de nascimento de uma pessoa, adota-se o termo cisgênero (homem cisgênero ou mulher cisgênero) – ou cissexual – para desnaturalizar a própria noção de sexo e gênero feminino/masculino. Outro elemento a ser considerado como definidor da identidade é o conjunto de expressões de gênero, que caracterizam comportamentos femininos, masculinos ou andróginos socialmente associados a expressões físicas, atitudes, vestimentas e modos de interação.

A orientação afetivo-sexual define termos para identificar as diferentes modalidades de atração física/emocional. Quanto à atração sexual, reconhece-se a heterossexualidade, a homossexualidade (gays ou lésbicas), a bissexualidade, a pansexualidade (atribuída àqueles que sentem atração por pessoas independentemente do gênero) e também a assexualidade (atribuída às pessoas que não sentem atração nem desejo sexual).

Em 2012, a transexualidade deixou de ser considerada um transtorno psiquiátrico, possibilitando a aceitação desse tipo de sexualidade por parte da sociedade. A ideia binária de “macho” e “fêmea” passou, aos poucos, a ser substituída pela presença de outras possibilidades – dando mais liberdade às pessoas para decidirem sua identidade de gênero – como mostra o símbolo acima da foto ao lado. A cartunista e transexual Laerte (aqui em foto de 2015, no Rio de Janeiro, RJ), há alguns anos, passou a se definir como bissexual no que diz respeito à sexualidade e se tornou figura importante para a discussão atual da liberdade de gênero.



Ccartunista e transexual Laerte



Fonte: PortugalPride.org. Disponível em: <<http://portugalpride.org/pp2008.asp>>. Acesso em: 16 Ago. 2024.

Este esquema exemplifica algumas possibilidades de expressão da sexualidade humana, evidenciando o rompimento com a heteronormatividade e também com o sistema binário de classificação de gênero, sexualidade e orientação sexual.

ATIVIDADES

Caro (a) estudante, para realizar as atividades abaixo, você deve ler atentamente, refletir e consultar o texto “Sexualidade em transformação”, e se for oportuno, pesquise na internet sobre o assunto, visite a biblioteca e consulte livros de Sociologia disponíveis, e também procure e busque orientação do seu professor (a), buscando sempre enriquecer e ampliar seus conhecimentos.

Sucesso e bom trabalho!

1. Cite com qual finalidade foi empregado a classificação binária que sustenta as estruturas de comportamento e simbolismos na sociedade:

2. O que Michel Foucault identificou ao analisar os discursos e as modalidades de saber e de poder que normatizam o corpo?

3. Leia e escreva a sua interpretação sobre essa afirmação “questionar e analisar o modelo de sexualidade humana advindo desse sistema binário permite aprofundar nosso entendimento sobre como a identidade de gênero e a sexualidade efetivamente se constituem”.

4. (Enem, 2010)

“Pecado nefando” era expressão correntemente utilizada pelos inquisidores para a sodomia. Nefandus: o que não pode ser dito. A Assembleia de clérigos reunida em Salvador, em 1707, considerou a sodomia “tão péssimo e horrendo crime”, tão contrário à lei da natureza, que “era indigno de ser nomeado” e, por isso mesmo, nefando. NOVAIS, F.; MELLO E SOUZA L. História da vida privada no Brasil. v. 1. São Paulo: companhia das Letras. 1997 (adaptado).

O número de homossexuais assassinados no Brasil bateu o recorde histórico em 2009. de acordo com o Relatório Anual de Assassinato de homossexuais (LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis), nesse ano foram registrados 195 mortos por motivação homofóbica no país.

Disponível em: <www.alemndanoticia.com.br/ultimas-noticias.php?codnoticia=3871>. Acesso em: 16 ago. 2024.

A homofobia é a rejeição e o menosprezo à orientação sexual do outro e, muitas vezes, expressa-se sob a forma de comportamentos violentos. Os textos indicam que as condenações públicas, perseguições e assassinatos

de homossexuais no país estão associados...

- A) à baixa representatividade política de grupos organizados que defendem os direitos de cidadania dos homossexuais.
- B) à falência da democracia no país, que torna impeditiva a divulgação de estatísticas relacionadas à violência contra homossexuais.
- C) à Constituição de 1988, que exclui do tecido social os homossexuais, além de impedi-los de exercer seus direitos políticos.
- D) a um passado histórico marcado pela demonização do corpo e por formas recorrentes de tabus e intolerância.
- E) a uma política eugênica desenvolvida pelo Estado, justificada a partir dos posicionamentos de correntes filosófico-científicas.

5. (Enem)

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino. BEAUVOIR, S. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Na década de 1960, a proposição de Simone de Beauvoir contribuiu para estruturar um movimento social que teve como marca o(a)...

- A) ação do Poder Judiciário para criminalizar a violência sexual.
- B) pressão do Poder Legislativo para impedir a dupla jornada de trabalho.
- C) organização de protestos públicos para garantir a igualdade de gênero.
- D) oposição de grupos religiosos para impedir os casamentos homoafetivos.
- E) estabelecimento de políticas governamentais para promover ações afirmativas.

6. (Unesp, 2013)

A República Islâmica do Irã abençoa e incentiva operações de troca de sexo, em nome de uma política que considera todo cidadão não heterossexual como espírito nascido no corpo errado. Com ao menos 50 cirurgias por ano, o país é recordista mundial em mudança de sexo, após a Tailândia. Oficialmente, gays não existem no país. Ficou famosa a frase do presidente Mahmoud Ahmadinejad dita a uma plateia de estudantes nos EUA em 2007, de que “não há homossexuais no Irã”. A homossexualidade nem consta da

lei. Mas sodomia é passível de execução. [...] Uma transexual operada confidenciou um sentimento amplamente compartilhado em silêncio: “Não teria mutilado meu corpo se a sociedade tivesse me aceitado do jeito que eu nasci”. Samy Adghirny. Operação antigay. Folha de S.Paulo, jan. 2013.

O incentivo a cirurgias de troca de sexo no Irã é motivado por:

- A) tabus sexuais decorrentes do fundamentalismo religioso hegemônico naquele país.
- B) critérios de natureza científica que definem o que é uma “sexualidade normal”.
- C) uma política governamental fundamentada em princípios liberais de cidadania.
- D) influências ocidentais ocasionadas pelo processo de globalização cultural pela internet.
- E) pressões exercidas pelos movimentos sociais homossexuais pelo direito à cirurgia.

7. Diante do que é tratado e apresentado no texto, você concorda que “A sexualidade está em transformação”? Justifique sua resposta:

RAÇA: ORIGENS E TRANSFORMAÇÕES

Olá estudantes! Estudamos sobre gênero, diferenças e desigualdades. E agora, você terá oportunidade de se dedicar a entender, conhecer e refletir sobre “raça: origens e transformações”. Compreenderá e conhecerá como a sociedade brasileira se estruturou e desenvolveu essa divisão e separação racial, e por conseguinte as inúmeras consequências, problemas e conflitos gerados na sociedade até hoje.

O encontro, a partir do século XV, entre os europeus colonizadores e as sociedades das Américas, da África e da Ásia marca o nascimento da sociedade moderna tal como a conhecemos hoje. A busca ávida por riquezas e poder levou os europeus a entrarem em contato com uma diversidade de sociedades muito diferentes das deles. Por séculos, essas diferenças inspiraram debates calorosos, inclusive religiosos, a respeito da humanidade dos povos colonizados e escravizados. “Seriam eles tão humanos como nós? Ou seriam animais? Teriam eles almas? Seriam eles amaldiçoados?”, perguntaram-se os invasores.

É apenas no século 19, com o estabelecimento da ciência moderna, que começaram as tentativas mais “científicas”, dos agora grandes impérios europeus, de explicar as diferenças entre os povos da Terra. Duas teorias principais viraram moda na época: o *Evolucionismo* e o *Darwinismo Social*.

O Evolucionismo defendia que as diferenças entre as sociedades mais “simples”, dos povos colonizados, e as mais “complexas”, dos povos europeus podiam ser explicadas pelos seus distintos graus de evolução. Esta teoria classificava os povos em uma escala de três estágios: *Selvageria*, *Barbárie* e *Civilização*. O principal critério desta escala era o nível de progresso tecnológico de cada sociedade.

De forma parecida, o Darwinismo Social classificava os povos em mais e menos evoluídos, mas construía argumentos biológicos defendendo que as diferentes características físicas (os fenótipos) dos povos do mundo determinavam diferentes capacidades intelectuais e morais entre eles.

Essas teorias posicionavam os europeus brancos no topo da escala evolutiva social e biológica da humanidade. É justamente neste contexto que surge a noção de raça.

Neste primeiro momento, o conceito é utilizado pelos europeus não só para explicar as diferenças, mas para criar uma hierarquia racial entre os povos. Ao considerar os brancos como a raça superior e mais civilizada do mundo, essas teorias justificavam a dominação, a exploração e o extermínio colonial dos povos pelos europeus. Isso tudo, claro, camuflado pelo discurso de que era um dever moral do “homem branco” civilizar os povos selvagens e

bárbaros. A “missão civilizatória” era o “fardo do homem branco”. Este modo de compreender as diferenças gerou preconceitos e estereótipos sobre as populações dominadas, vistas como feias, atrasadas, inferiores, preguiçosas, perigosas e intelectualmente incapazes.

E no Brasil? Nessa mesma época, a classe dominante brasileira e seus “homens de ciência” eram influenciados por esse conjunto de teorias, também conhecido como Racismo Científico, e buscavam explicar a realidade nacional. Ora, e qual era essa realidade? O Brasil havia sido o maior importador mundial de escravizados africanos dos últimos 300 anos, sendo também o último país a abolir a escravidão em 1888. Sua população era significativamente indígena, preta e mestiça. Ou seja, para as elites - brancas, oligárquicas e escravocratas - que acreditavam na hierarquia racial, a presença predominante dessas “raças inferiores” no Brasil representava um obstáculo para o progresso da nação.

A Teoria da Eugenia, também integrante do Racismo Científico, foi defendida pela elite e seu Estado. Essa teoria defendia a separação das raças, a ideia de que sua mistura trazia a decadência racial e social e de que havia a necessidade de um “melhoramento genético” da população. Com isso, o Estado passou a implementar políticas eugenistas de “branqueamento” da população. A política de imigração de europeus, principalmente italianos e alemães, foi uma das mais famosas políticas eugenistas. Essa política eugenista apresentava duas faces: ao mesmo tempo que o Estado incentivava ativamente a vinda de europeus brancos, por omissão, ele não promovia nenhuma política de integração da população preta e mestiça recém liberta, dificultando a suas condições de sobrevivência.

Os avanços nas ciências e, sobretudo, nas Ciências Sociais na primeira metade do século XX, promoveram uma drástica transformação na compreensão do conceito de raça. A Biologia estabeleceu que não existiam raças distintas, mas apenas uma raça humana. Mas o que então tornava as sociedades humanas tão diferentes umas das outras? Sua cultura! Agora entendia-se cultura no plural: existia uma diversidade de culturas no mundo. Essa compreensão permitiu enfraquecer a ideia de hierarquia racial tão útil para a dominação colonial. Vigorava agora a ideia do Relativismo Cultural, ou seja, de que na diversidade cultural cada cultura tinha sua luz própria e de que não era possível classificar uma como superior ou inferior a outra. A crítica ao Racismo Científico era de que ele era etnocêntrico. O etnocentrismo acontece quando uma sociedade usa os valores da sua própria cultura para julgar culturas de outras sociedades. Foi exatamente o que os europeus fizeram com as outras sociedades por séculos, julgaram-nas como atrasadas por não serem parecidas com as deles e por não terem as mesmas tecnologias industriais.

O Relativismo Cultural também influenciou as explicações sociológicas sobre a sociedade brasileira. Gilberto Freyre foi um antropólogo que influenciou bastante a transformação da noção de raça no país. Em sua obra, *Casa Grande e Senzala* (1933), ele afirmava que a colonização portuguesa havia tornado o Brasil um país menos racista que os outros. O fato de Portugal ter sido ele mesmo, por séculos, colonizado pelos mouros, de cultura árabe, tornava-o um país mestiço. Com isso, a colonização portuguesa teria sido menos racializada e mais propensa à miscigenação. A miscigenação seria para Freyre algo positivo, uma vantagem civilizatória do Brasil. Aqui as três culturas - indígena, africana e portuguesa - teriam se encontrado e contribuído ricamente para a construção da cultura nacional. Característica marcante do Brasil seria então manter relações raciais harmônicas, sem os conflitos abertos que existiam em países como os Estados Unidos ou a África do Sul. Freyre interpretou o Brasil como uma espécie de “paraíso racial”.

O trabalho de Freyre foi tão marcante para a explicação do Brasil que acabou gerando a noção de Democracia Racial. Aqui, não teríamos grandes problemas de ordem racial e todos os grupos raciais viveriam em paz e misturados. A ideia de Democracia Racial acabou se tornando uma “ideologia nacional” do discurso oficial do Estado e amplamente compartilhada pelo senso comum brasileiro até os dias de hoje.

Ainda assim, é público e notório que a discriminação racial continua a existir, potencializando todas as formas de desigualdade no país. O que você pensa sobre isso? Como pode uma sociedade se ver como uma democracia racial e ao mesmo tempo perpetuar o racismo?

ATIVIDADES

Caro (a) estudante, para realizar as atividades abaixo, você deve ler atentamente, refletir e consultar o texto *“Raça: origens e transformações”*, e se for oportuno, pesquise na internet sobre o assunto, visite a biblioteca e consulte livros de Sociologia disponíveis, e também procure e busque orientação do seu professor (a), buscando sempre enriquecer e ampliar seus conhecimentos.

Sucesso e bom trabalho!

1. Cite as duas principais teorias científicas que foram usadas para explicar as diferenças entre os povos da terra:

2. Identifique a teoria que classificava os povos em mais e menos evoluídos, defendendo que as diferentes características físicas dos povos do mundo determinavam diferentes capacidades intelectuais e morais entre eles.

- A) Teoria do racismo científico
- B) Teoria da Eugenia
- C) Teoria do evolucionismo
- D) Teoria da seleção natural
- E) Teoria do Darwinismo social

3. O que a ideia de considerar os brancos uma raça superior justificou em relação às outras raças pelo mundo?

4. O que a Teoria da Eugenia defendia em relação à raça?

5. Quando uma sociedade usa os valores da sua própria cultura para julgar culturas de outras sociedades, ocorre...

- A) o racismo científico
- B) A eugenia
- C) O etnocentrismo
- D) O relativismo cultural
- E) O evolucionismo

6. A descoberta e aceitação da existência da diversidade de culturas no mundo permitiu enfraquecer a ideia de hierarquia racial, e também demonstrou que não era possível classificar uma cultura como superior ou inferior a outra, e isso se deu devido a ideia...

- A) do etnocentrismo
- B) da eugenia
- C) da democracia racial
- D) da hierarquia racial
- E) do relativismo cultural

7. A visão sociológica do Relativismo Cultural, surgida no século XX, firmou a ideia de que existem no mundo várias culturas diferentes, mas de igual valor entre si. O que é melhor ou correto para um indivíduo depende sempre de sua cultura.

As situações da imagem ao lado apresentam qual fenômeno sociocultural relativizado pela sociologia atual?

- A) Etnocentrismo.
- B) Genocídio.
- C) Imperialismo.
- D) Sincretismo.
- E) Colonialismo

8. "(...) a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e capitalista." Extraído de: FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. vol. 1 e 2. São Paulo: Ática, 1978, p. 20.

O trecho acima refere-se ao fato de que logo após a abolição da escravidão (1888):

- A) o Estado brasileiro não promoveu a educação e a absorção do contingente de negros e mestiços libertos ao mercado-de-trabalho livre, que foi ocupado pelo contingente branco de imigrantes europeus.
- B) os negros e mestiços libertos rapidamente foram acolhidos e contratados como trabalhadores livres e assalariados pelo Estado brasileiro.
- C) o sistema de cotas raciais foi imediatamente implementado pelo Estado brasileiro para integrar os libertos à sociedade e acabar com a desigualdade social e racial no país.
- D) os libertos conseguiram autonomamente contornar a exclusão social promovida pelo Estado Brasileiro reeducando-se para assumir profissões de prestígio e bem pagas.
- E) o Estado brasileiro promoveu a educação de negros e mestiços libertos, mas impediu que eles tivessem acesso ao mercado-de-trabalho livre, que deveria ser ocupado pelos imigrantes europeus.

PLANO DE ESTUDOS

Habilidades:

(EM13CHS603) Compreender e aplicar conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.) na análise da formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas.

Unidade Temática:

- Política e Trabalho.

Objetos de Conhecimento:

- Os conceitos da área da Ciência Política: poder, política, Estado e governo, entre outros.
- Formas de exercício do poder.
- Poder legítimo e as formas de dominação.
- Formas de organização do Estado moderno: monarquia e república.
- Formas de participação política: partidos e sistemas eleitorais.

Caro(a) estudante, que bom que você está se empenhando e avançando nos seus estudos!

Você terá a oportunidade de conhecer e estudar agora os temas *Poder, política, Estado, Formas de Poder* e também irá estudar e compreender as formas de organização do Estado moderno, juntamente com os sistemas de governo, o que lhe proporcionará uma compreensão segura e atual sobre a estrutura política, as formas de poder e os sistemas de governo do mundo e do Brasil.

Continue com esse foco e dedicação. Leia atentamente os textos, e em seguida, realize as atividades retornando e consultando os temas aqui apresentados.

Poder, política e Estado

Muitas vezes, os termos política, poder e Estado são utilizados como sinônimos. No entanto, do ponto de vista sociológico são analisados como elementos distintos, ainda que exista profunda ligação entre eles. Podemos entender o poder como a possibilidade de exercer influência sobre a conduta de outros em determinada relação social (o poder perpassa

diferentes relações sociais, mesmo as de amizade e as familiares). A política pode ser vista como os meios pelos quais um sujeito ou grupo se organiza, exerce o poder ou a conquista. Já o Estado é um modo específico de exercício do poder e a forma como se organiza o sistema político na maioria das sociedades modernas.

Existem sociedades tradicionais nas quais o Estado não existe; do mesmo modo, o pensamento anarquista defende a autogestão sem a presença dominadora do Estado para a construção de uma sociedade justa e igualitária.



Fonte: Livro Sociologia em movimento. — 2. ed. — São Paulo : Moderna, 2016.

Poder

De acordo com o sociólogo alemão Max Weber, o poder refere-se à imposição da própria vontade numa relação social, mesmo quando há resistência alheia. Nesse sentido, todas as relações sociais que estabelecemos com indivíduos, instituições e coletividades são também relações de poder, que podem se apresentar de maneira explícita ou não.

Por exemplo, as relações familiares são relações sociais carregadas de poder.

Os membros de um núcleo familiar exercem poder uns sobre os outros em diferentes níveis. Os filhos, em várias situações, agem com base nas orientações e vontades dos pais. Quando um adolescente é convidado para uma festa de amigos, o horário em que deve retornar pode obedecer a uma orientação ou determinação dos progenitores, embora pessoalmente ele desejasse ficar mais tempo na comemoração.

Esse poder familiar pode ser caracterizado como direto (explícito), quando o horário de retorno é claramente determinado pelos responsáveis – “Você pode ir, mas deve retornar até meia-noite” –, ou indireto, no caso em que, apesar de não ter sido dito de maneira clara, o horário de retorno da festa é determinado em função dos responsáveis – “À meia-noite tenho de estar em casa, senão meus pais vão ficar preocupados”. Nos dois exemplos, a conduta do adolescente foi condicionada pelos responsáveis, que impuseram sua vontade: o jovem deveria estar em casa em um horário específico. Os membros de um grupo familiar exercem poder uns sobre os outros, o que se manifesta nas práticas cotidianas, como em uma conversa entre mãe e filha ou uma ida às compras.

O inverso também ocorre. Em muitos casos, a conduta dos pais é influenciada direta ou indiretamente pelos filhos. Quando uma criança pede um presente aos pais e eles atendem ao pedido, há um exercício de poder explícito sobre eles. Quando os pais ou adultos de uma família compram o presente para a mesma criança, levando em conta um possível desejo dela – “Vou comprar esse brinquedo porque ele (ou ela) vai adorar” –, o mesmo processo está em curso; ou seja, há o exercício de poder da criança sobre os pais, só que agora de modo indireto.



Fonte: Livro Sociologia em movimento. — 2. ed. — São Paulo : Moderna, 2016.

Os membros de um grupo familiar exercem poder uns sobre os outros, o que se manifesta nas práticas cotidianas, como em uma conversa entre mãe e filha ou uma ida às compras.

No caso da análise das relações familiares, temos um exemplo de poder que é reconhecido legalmente. Há situações em que esse reconhecimento é somente social, mas isso não diminui sua efetividade. Não há norma legal que indique a necessidade de agir conforme a vontade de um amigo ou uma amiga, ou ainda do grupo do qual faz parte. No entanto, muitas vezes a conduta de um indivíduo é pautada pelo atendimento à vontade, explícita ou não, de alguém por quem ele tem apreço. Por exemplo, muitas vezes assistimos a um filme ou a uma peça de teatro não por gostarmos, mas por influência de um amigo ou uma amiga. Nessa situação, há o exercício de poder de um indivíduo sobre outro. Ainda que não sejamos obrigados a fazer isso, essa atitude constitui uma forma de agir para obter reconhecimento social e desenvolver o sentimento de pertencimento a um grupo.

Perceptível nas relações privadas, o poder apresenta contornos ainda mais claros na esfera pública. As relações de classe, o controle social, o exercício da autoridade, as leis e normas sociais, o poder dos governantes sobre os governados e a indústria cultural são exemplos do exercício de poder na sociedade. Essas formas de poder se caracterizam pela capacidade de influenciar, simultaneamente, a conduta coletiva de uma grande quantidade de pessoas.

Quando um empresário estabelece as normas de conduta para os trabalhadores de sua empresa, ele exerce poder sobre eles na medida em que define o modo de agir desses indivíduos no espaço da empresa e no exercício de suas atividades profissionais. A legitimidade para o exercício desse poder são as relações de produção da sociedade capitalista, que permitem ao patrão determinar a conduta dos empregados desde que não infrinjam as normas previstas na legislação.

Quando um governante, no exercício de sua função, estabelece normas e regras sociais que devem ser cumpridas por todos, também se configura uma relação de poder. Por exemplo, a decisão de um prefeito sobre os locais onde é permitido o estacionamento de automóveis interfere na conduta dos motoristas.

A demarcação de vagas especialmente destinadas a idosos e a portadores de necessidades específicas da mesma forma indica a regulamentação do espaço público, no caso visando atender a demandas de um grupo social definido. O respeito a essas vagas especiais depende da aceitação social de que aquele direito deve ser reconhecido.

Formas de exercício do poder

As relações de poder estão disseminadas por toda a sociedade. Como vimos no tópico anterior, estão presentes nas relações mais simples (entre dois indivíduos) e nas mais complexas (em uma empresa, cidade ou país). Têm em comum o fato de serem meios de influenciar a conduta alheia.

São numerosas as formas de exercício do poder. Podemos destacar três predominantes: o poder econômico, o ideológico e o político. O primeiro se baseia na posse de bens materiais, como os meios de produção (o poder do patrão sobre o empregado). O segundo se serve de ideias ou de informações para influenciar comportamentos (o poder dos meios de comunicação sobre as pessoas). O último se vale de instrumentos e de técnicas para influenciar a conduta alheia (o poder de convencimento de partidos e candidatos sobre os eleitores durante um pleito político), por exemplo.

O poder econômico consiste na utilização de bens materiais como forma de exercer influência sobre a conduta de indivíduos, instituições e sociedades. Nas últimas décadas, a primazia desse poder coube ao capital financeiro. Desse modo, os banqueiros exercem grande influência nas decisões econômicas das sociedades, direcionando as ações de indivíduos, grupos e governantes nos mais diferentes níveis. Podemos destacar que o debate atual sobre o Estado aponta para o predomínio do poder econômico sobre as decisões de Estado. Esse predomínio leva à perda de soberania fundamentada nos interesses coletivos da maioria da população, que fica submetida aos interesses privados das grandes corporações econômicas (quer sejam financeiras, quer sejam industriais).

O poder ideológico consiste na capacidade de influenciar a formação de ideias e práticas sociais para construir padrões de comportamento que reproduzam determinado modo de perceber o mundo. Nas sociedades contemporâneas, esse poder é mais facilmente percebido nos meios de comunicação de massa e nas diferentes formas de educação, assim como nos discursos científico e religioso. Como elementos centrais no processo de construção das identidades sociais, eles influenciam o modo como indivíduos e grupos interpretam os fatos e agem em seu cotidiano. O controle sobre esses elementos permite o exercício do poder ideológico.

O poder político se refere à possibilidade de uso da força como último recurso para a imposição da vontade sobre determinada coletividade. Não se baseia somente na coação física, mas na produção de consenso acerca dos instrumentos que devem ser utilizados para impor essa vontade.

De acordo com o filósofo italiano Norberto Bobbio, o monopólio legítimo desses instrumentos constitui o poder político, ou seja, o consenso social de

que aquele que detém o poder político pode fazer valer sua vontade sobre a coletividade em determinadas condições sociais e históricas preestabelecidas.

Poder legítimo e as formas de dominação



Também presente em outras sociedades, o patriarcalismo baseia-se na tradição para exigir obediência à autoridade masculina, representada pelo patriarca, como ilustrado no quadro de Jean-Auguste Dominique Ingres chamado Henrique IV brincando com seus filhos, de 1819. Óleo sobre tela, 39 cm 50 cm. Fonte: Livro Sociologia em movimento. — 2. ed. — São Paulo : Moderna, 2016.

As formas de exercício do poder podem ser legítimas ou não. Segundo Max Weber, elas são legítimas quando a influência exercida é aceita por aqueles que se submetem à vontade do outro, como no caso dos moradores de uma cidade ante as decisões da prefeitura. E não são legítimas quando pressupõem apenas o uso da força para imposição da vontade, como no caso das ditaduras. O exercício legítimo do poder é chamado por Weber de dominação. Quando o poder é exercido exclusivamente com o uso da força, a dominação não é legítima. Para a Sociologia, o que importa é a análise da dominação legítima, aquela em que o dominado aceita as condições em que o exercício do poder acontece.

De acordo com Max Weber, existem três tipos puros de dominação legítima: a tradicional, a carismática e a racional-legal. A tradicional consiste na crença em instituições e regras transmitidas de geração em geração, conduzidas por um indivíduo ou grupo de pessoas, que se baseiam nos costumes para exercer a dominação. São exemplos desse tipo de dominação as relações feudais, o patriarcalismo e o coronelismo.

A dominação carismática é estabelecida quando os dominados possuem a

crença de que há qualidades excepcionais em determinado indivíduo, algo que o torna superior aos outros e lhe permite exercer liderança ou controle sobre eles. Pode ser ilustrada por figuras de lideranças religiosas ou políticas com grande poder de influência social. Para Weber, a dominação carismática se contrapõe à dominação tradicional e propicia a transformação social, visto que a crença nas qualidades excepcionais do líder permite a ele estender suas ações para além dos limites das normas vigentes. No Brasil, figuras como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Lula são exemplos de lideranças carismáticas.

A dominação racional-legal, fundamentada em normas e regras aprovadas e aceitas por todos, tem como exemplo a burocracia. Na concepção weberiana, esse tipo de dominação caracterizaria o Estado moderno, no qual as relações entre cidadãos e Estado seriam marcadas pela impessoalidade, ou seja, com base em regras e normas convencionadas e seguidas por todos os membros de uma coletividade, sem nenhuma distinção.

No Brasil, como em outras nações, há graves e variados casos de corrupção política, situações nas quais integrantes do Estado, muitas vezes eleitos pela população, fazem uso indevido de verbas públicas, empregando-as para fins privados. Isso indica que mesmo em regimes democráticos, guiados por leis que criminalizam tais práticas, ainda há muito a ser feito para que as condutas de representantes políticos obedeçam ao princípio de impessoalidade determinado pela democracia moderna.

Política

Na Grécia antiga, a palavra política (do grego politikós) referia-se às questões relativas à vida da cidade. A política não era uma atividade qualquer: dela dependia a organização cotidiana e o futuro da pólis (cidade-Estado grega). Por isso, participar da política era uma atividade constitutiva do cidadão, ou seja, o indivíduo não seria um cidadão se não se interessasse pela política e não a praticasse. Tal concepção foi divulgada na obra *Política*, de Aristóteles, o primeiro tratado sobre a natureza do governo, suas configurações e funções. Por séculos, a palavra política foi empregada para indicar as obras que tratavam das atividades ligadas à cidade-Estado.

A partir das revoluções liberais do século XVIII, a palavra passou a ser empregada para designar as atividades relativas ao controle do Estado. A Ciência Política começou a investigar tal fenômeno como sendo específico do comportamento humano, diferente dos demais fenômenos sociais. Max Weber elaborou uma definição até hoje bem-aceita de política. Para ele, a prática política significa exercer um papel de liderança no Estado, ou na luta

pelo poder, seja entre Estados, seja entre grupos dentro do Estado. Dessa forma, política e poder estão diretamente relacionados, pois o poder é recurso inerente para o exercício da política.

Estado

Uma característica marcante do modelo de organização do Estado moderno é a racionalização da gestão do poder. Isso se consolidou a partir da separação das esferas política e religiosa, que se tornou um princípio das revoluções liberais do século XVIII, destacadamente a Revolução Francesa. Assim, o poder deveria ser amparado por uma estrutura administrativa e burocrática composta de um corpo qualificado de técnicos que operam conforme procedimentos preestabelecidos e idealmente impessoais, para evitar a pessoalidade nas relações entre governantes e governados.

Contudo, contemporaneamente temos observado a crescente participação de representantes de entidades religiosas também como líderes políticos, que, dessa forma, passam a ter acesso ao voto e à elaboração de leis em diferentes instâncias jurídicas do Estado. Isso indica que, apesar de o Estado brasileiro ser laico, o sistema eleitoral permite que líderes ou representantes religiosos ocupem cargos políticos.

Formas de organização do Estado moderno: monarquia e república

A autoridade que administra o Estado é o governo. A forma de governo é o meio pelo qual é instituída a relação entre governantes e governados (estruturas e relações de poder).

A monarquia e a república são as formas básicas de governo. A categorização feita por Aristóteles na obra *Política*, escrita por volta do século IV a.C., compreendia três formas de governo: monarquia (governo de um só), aristocracia (governo dos melhores) e democracia (governo de muitos). Essa categorização subsistiu até a sistematização feita por Maquiavel, para quem o Estado era principado (monarquia) ou república.

Originalmente, a monarquia significava o governo de um só, podendo ser definida como o Estado dirigido segundo a vontade de um indivíduo, o rei. Com diversas particularidades, esse sistema foi predominante na Europa até meados do século XVIII. Nas monarquias, o cargo de chefe do Estado é hereditário e vitalício. Hoje, as monarquias são em sua maioria limitadas e constitucionais: o poder do soberano é restrito, e o monarca tem de aceitar o papel e a ação de outros órgãos, como o Parlamento.

A forma republicana de governo é oposta à monárquica. A república é uma

conquista idealmente democrática que se concretizou com a Revolução Francesa e se destaca pela rejeição aos governos aristocráticos ou oligárquicos. Nas repúblicas, o chefe de Estado geralmente é eleito por períodos determinados. Assim, há alternância de poder e igualdade formal entre todos os cidadãos. Contudo, é importante lembrar que há muitas repúblicas não democráticas, marcadas por regimes ditatoriais.

Sistemas de governo: presidencialismo e parlamentarismo

O sistema de governo depende do relacionamento entre os poderes Executivo e Legislativo. O modo como esses poderes interagem no exercício de suas funções constitucionais caracteriza os dois sistemas de governo que predominam no mundo ocidental: o presidencialismo e o parlamentarismo.

No sistema presidencialista, o presidente costuma ser eleito, direta ou indiretamente, para um mandato determinado, durante o qual exercerá a função executiva. Ele acumula a chefia do Estado e do governo. Todo o Poder Executivo se concentra no presidente, que tem como prerrogativa escolher seus ministros, que são gestores das diferentes políticas públicas. E existe independência entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pois a constituição deles é separada já na origem, isto é, a eleição dos representantes de cada um deles é independente. Esse fato confere ao chefe do Executivo uma posição de autonomia política perante os demais poderes.

Ao contrário do presidencialismo, no sistema parlamentarista há uma forte interação entre o Executivo e o Legislativo, fundada na distinção entre chefe de Estado (monarca ou presidente) e chefe de governo (chanceler ou primeiro-ministro).

No parlamentarismo, quem governa é o Parlamento, por meio do gabinete formado pelo primeiro-ministro (geralmente oriundo do partido majoritário) e demais ministros. O primeiro-ministro é eleito para exercer a função de chefe de governo e depende da maioria parlamentar para governar. A relação entre Executivo e Legislativo é marcada pelo princípio da responsabilidade ministerial e pelo direito de dissolução. O princípio da responsabilidade ministerial refere-se à demissão do governo em caso de retirada de confiança (voto de desconfiança) por parte do Parlamento, que pode ser unicameral ou bicameral. O direito de dissolução – dissolver o Parlamento e convocar novas eleições – representa a contrapartida da responsabilidade ministerial, ou seja, o meio que possibilita a ação do governo sobre o Parlamento, evitando assim que este seja manipulado por partidos políticos majoritários.

As formas (monarquia e república) e sistemas de governo (presidencialismo e parlamentarismo) estudados podem ser combinados: *monarquia parlamentar* (Reino Unido, Suécia, Países Baixos), *república presidencialista* (Brasil, Argentina, Estados Unidos) e *república parlamentar* (Alemanha, Portugal).

Formas de participação política: partidos e sistemas eleitorais

Os partidos políticos são organizações alicerçadas em uniões voluntárias orientadas para influenciar ou conquistar o poder do Estado. Sociologicamente, são estruturas fundadas na ideologia da representação política. Juridicamente, são organizações de direito privado que congregam cidadãos com afinidades ideológicas. De fato, são forças políticas que contestam (oposição) ou sustentam (situação) os governos e que estão em permanente tensão na luta pelo poder institucionalizado.

O sistema dos partidos influi na conformação do poder, de modo que interfere na formação do governo e age sobre o regime da separação dos poderes. Sua tipologia básica é:

- a) monopartidário: o poder está concentrado no comitê dirigente do partido ou em seu secretário-geral. Um exemplo é o Partido Comunista Chinês;
- b) bipartidário: quando atuam apenas dois partidos. O bipartidarismo pode ser real, quando existem apenas dois partidos que hegemonizam as disputas eleitorais, como nos Estados Unidos e na Inglaterra, ou formal, quando há interdição legal de existência de outras agremiações, como aconteceu no Brasil, mais especificamente entre 1965 e 1979, com a formação da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB);
- c) multipartidário: quando vários partidos disputam as esferas governamentais, como ocorreu e vem ocorrendo no Brasil após a redemocratização.

A existência de partidos políticos requer o estabelecimento de regras pelas quais os representantes são escolhidos. Esse conjunto de regras é o sistema eleitoral. Nesse sistema, a legislação eleitoral é o conjunto de regras que disciplina as eleições e estabelece normas, datas e horários para sua realização. Em geral, tais regras são diferentes para a disputa de cargos do Executivo (presidente, governador e prefeito) e do Legislativo (senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores).

No Brasil, a votação para o Poder Executivo é sempre majoritária, isto é, elege-se o candidato mais votado. Para o Legislativo a votação é, na maioria

das vezes, proporcional, ou seja, o voto vai para o partido ou frente partidária e, mediante aplicação do coeficiente eleitoral (divisão do número de votos válidos pelo número de vagas), transforma-se em cadeiras legislativas.

Uma virtude dos sistemas majoritários é que eles permitem uma base mais sólida para a formação do governo, na medida em que há uma tendência menor de divisão dos votos entre os diferentes partidos concorrentes. Já o sistema proporcional tem, entre suas principais qualidades, a expressão eleitoral dos mais diferentes segmentos sociais, abarcando os grupos minoritários.

No Brasil, atualmente, os cargos do Executivo e do Senado Federal são preenchidos mediante eleições majoritárias. Já os cargos do Legislativo, com exceção do Senado, são preenchidos por eleições proporcionais. O Congresso Nacional brasileiro é bicameral, sendo formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

O sistema eleitoral também regula o método pelo qual são escolhidos os candidatos que concorrerão à eleição. Pelo regime de lista fechada, o partido seleciona e enumera a relação dos candidatos à eleição. Cabe ao eleitor votar na lista, e não no candidato individual. Isso permite aos dirigentes partidários um controle maior sobre os políticos e sobre o eleitorado. Pelo regime de lista aberta, o partido seleciona seus candidatos, mas eles disputam livremente o voto individual do eleitor. Esse sistema confere maior independência ao candidato e à escolha do eleitor, mas limita o controle do partido sobre o comportamento do político.

Em resumo, o sistema eleitoral vigente no Brasil, definido principalmente pela Constituição de 1988, manteve alguns problemas de representação. No sistema proporcional de lista aberta, há incentivo à coligação entre os partidos. Esse fenômeno, essencial para a sobrevivência dos partidos pequenos, provoca maior fragmentação partidária, dificulta a formação de maiorias estáveis nos parlamentos e obriga o partido no Poder Executivo a negociar alianças e coalizões para poder governar. Há também dificuldades com as listas abertas, pois os candidatos adquirem grande autonomia de campanha, contrariando, muitas vezes, orientações e objetivos coletivos do partido. Como a disputa eleitoral é mais centrada em candidatos do que em partidos, estes últimos perdem prestígio diante dos eleitores. (SILVA, 2016)

ATIVIDADES

Caro (a) estudante, para realizar as atividades abaixo, você deve ler atentamente, refletir e consultar o texto “Poder, política e Estado, Formas

de exercício do poder, O poder legítimo e as formas de dominação, as Formas de organização do Estado moderno: monarquia e república, os Sistemas de governo: presidencialismo e parlamentarismo”, e se for oportuno, pesquise na internet sobre o assunto, visite a biblioteca e consulte livros de Sociologia disponíveis, e também procure e busque orientação do seu professor (a), buscando sempre enriquecer e ampliar seus conhecimentos.

Sucesso e bom trabalho!

1. Leia as frases abaixo e identifique com **1** (Poder), **2** (Política) e **3** (Estado):

() É um modo específico de exercício do poder e a forma como se organiza o sistema político na maioria das sociedades modernas

() corresponde à possibilidade de exercer influência sobre a conduta de outros em determinada relação social.

() corresponde aos meios pelos quais um sujeito ou grupo se organiza, exerce o poder ou o conquista.

2. Segundo o sociólogo Max Weber, a que se refere o poder?

3. Cite os vários exemplos que demonstram o exercício do poder, de forma mais clara, na esfera pública:

4. Explique como se dá a legitimidade do exercício do poder que o empresário exerce sobre a conduta dos trabalhadores:

5. Quais são as três predominantes formas de exercício do poder usadas na sociedade?

- A) o poder político, o ideológico e o religioso.
- B) o poder econômico, o intelectual e o moral.
- C) o poder financeiro, o social e o político.
- D) o poder econômico, o psicológico e o político.
- E) o poder econômico, o religioso e o tradicional.

6. Cite os três tipos puros de dominação legítima existentes, segundo o sociólogo Max Weber:

7. (Enem)

Diante dessas inconsistências e de outras que ainda preocupam a opinião pública, nós, jornalistas, estamos encaminhando este documento ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais

no Estado de São Paulo, para que o entregue à Justiça; e da Justiça esperamos a realização de novas diligências capazes de levar à completa elucidação desses fatos e de outros que porventura vierem a ser levantados. Em nome da verdade. In: O Estado de São Paulo, 3 fev. 1976. Apud. FILHO, I. A. Brasil, 500 anos em documentos. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

A morte do jornalista Vladimir Herzog, ocorrida durante o regime militar, em 1975, levou a medidas como o abaixo-assinado feito por profissionais da imprensa de São Paulo. A análise dessa medida tomada indica a:

- A) certeza do cumprimento das leis.
- B) superação do governo de exceção.
- C) violência dos terroristas de esquerda.
- D) punição dos torturadores da polícia.
- E) expectativa da investigação dos culpados.

8. Sobre as formas de organização do Estado moderno, responda:

- A) autoridade que administra o Estado: _____
- B) o que é forma de governo? _____

- C) quais são as formas básicas de governo: _____

e _____

D) Como é o cargo de Chefe de Estado na Monarquia e na República: ____

9. Explique como é eleito o presidente no Presidencialismo e quem governa no Parlamentarismo:

10. Explique como é a votação para o Poder Executivo e para o Poder Legislativo, no Brasil:

PLANO DE ESTUDOS

Habilidades:

(EM13CHS306) Contextualizar, comparar e avaliar os impactos de diferentes modelos econômicos no uso dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade econômica e socioambiental do planeta.

(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

Unidade Temática:

- Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética.

Objetos de Conhecimento:

- O que é Globalização: como surgiu a Globalização
- - Compreensão das dinâmicas de integração e fragmentação socioeconômico, política e cultural presentes no processo de globalização: Fases da globalização
- - Sociedade de consumo

Caro (a) estudante, que bom que você está se empenhando e avançando nos seus estudos, pois está quase concluindo o módulo e assim finalizando seus estudos sociológicos.

Agora, você irá conhecer e estudar os temas O que é globalização? Fases da globalização, Globalização Econômica E Globalização Cultural, Brasil e a globalização, finalizando com o tema Movimentos antiglobalização.

E assim será capaz de compreender todo o contexto histórico, social e cultural que culminou nesse fenômeno mundial, que se tornou a Globalização, transformando, alterando e integrando as sociedades.

Mantenha-se com esse foco, dedicação e compromisso!

O que é globalização?

A globalização é um fenômeno caracterizado pelo desenvolvimento dos transportes e das comunicações em escala mundial. Esse desenvolvimento possibilitou o aumento dos diversos fluxos no planeta, resultando assim em um processo de integração mundial, tendo como base o sistema capitalista de produção. Portanto, a globalização remete ao aprofundamento das relações econômicas, políticas e sociais entre os países do globo.

Como surgiu a globalização?

O início da globalização foi marcado pelo período das Grandes Navegações, entre os séculos XV e XVII, em que houve a exploração de rotas marítimas e comerciais pelas principais potências mundiais da época. As Grandes Navegações significaram o início do estabelecimento de relações produtivas em larga escala no mundo, por meio da comercialização de diversos produtos, além de trocas diversas entre os diferentes países.

Tal processo desenvolveu-se ao longo do tempo, especialmente por causa da hegemonia do sistema capitalista de produção. O Colonialismo e o Imperialismo são marcos históricos que contribuíram para a introdução das relações de produção capitalista no globo. Por sua vez, a ocorrência das sucessivas revoluções industriais, com o desenvolvimento de tecnologias diversas, culminou na integração produtiva do planeta em larga escala, consolidando o processo de globalização.

Fases da globalização

A globalização é um processo que se deu ao longo da história por meio de quatro fases bastante específicas. São elas:

Primeira fase: corresponde ao período das Grandes Navegações. Ela marcou o início das relações comerciais mundiais em larga escala, com a comercialização de diversos bens pelas potências dominantes da época. O acúmulo de capital gerado nesse período foi um dos precursores da Primeira Revolução Industrial.

Segunda fase: essa fase da globalização teve início na Segunda Revolução Industrial, por meio do desenvolvimento de novas tecnologias produtivas, especialmente em áreas de transportes, comunicações e fontes de energia. As tecnologias advindas desse período propiciaram a maior dinamização do comércio. Nesse momento houve o crescimento da industrialização e da urbanização mundial.

Terceira fase: iniciada após a segunda metade do século XX, essa fase ocorreu com o advento da Terceira Revolução Industrial. Esse período da globalização foi marcado pelo desenvolvimento de altas tecnologias, em campos como a informática e a robótica, que contribuíram de maneira decisiva para a industrialização mundial. Nessa fase houve a ascensão das chamadas empresas transnacionais e do meio técnico-científico informacional.

Quarta fase: a atual fase da globalização, marcada pela Quarta Revolução Industrial, corresponde ao período atual da humanidade. Ela é caracterizada pelo desenvolvimento tecnológico e científico em diversos campos da

sociedade. Essa fase é marcada pela hegemonia do sistema capitalista de produção em quase todo o globo e pela forte integração cultural entre os países.

Globalização Econômica

A globalização econômica é uma expressão que caracteriza a integração das cadeias produtivas globais, desde a fabricação até a comercialização, que é uma característica importante do processo de globalização. São exemplos desse processo a ascensão das chamadas empresas transnacionais, que possuem unidades em diversos países, e dos blocos econômicos, uniões entre países com objetivos comuns. Por meio da globalização econômica, há o aumento das disputas comerciais, além da acentuação dos diversos fluxos e do papel dos organismos financeiros internacionais.

Globalização cultural

A globalização cultural é um termo que se refere ao grau de integração social entre as diversas culturas do mundo. Esse processo foi facilitado pelas tecnologias desenvolvidas na globalização, com a modernização dos sistemas de transportes e de comunicações. A difusão de valores culturais de diversas sociedades globais culminou no aumento do interesse pelas práticas sociais mundiais. Logo, há uma maior disseminação de hábitos culturais, como línguas, esportes, vestimentas, alimentação etc., que ocorrem em larga escala, especialmente por meio de veículos de comunicação instantânea como a internet.

Brasil e a globalização

O Brasil integra o processo de globalização desde o período das Grandes Navegações, quando atuou como um importante fornecedor de matérias-primas para o mercado mundial, com a exploração empreendida pela colonização portuguesa. Porém, a globalização intensificou-se no Brasil somente a partir da segunda metade do século XX, quando o país passou a integrar de forma mais atuante a cadeia produtiva global, com o crescimento da industrialização nacional. A globalização no Brasil nos dias atuais corresponde ao elevado grau de integração do país aos principais centros mundiais, especialmente por meio da exportação de gêneros primários. Por sua vez, no âmbito local, a globalização culminou no aumento da integração da hierarquia urbana brasileira, no desenvolvimento do mercado interno e no maior acesso aos produtos manufaturados. Porém, a globalização também resultou no aumento da desigualdade socioespacial brasileira.

Vantagens e desvantagens da globalização

A globalização é um processo que envolve variáveis econômicas, políticas e sociais. Logo, produz no espaço geográfico diversas consequências, pontos positivos e negativos, dentro da atual lógica de integração mundial.

Sendo assim, considerando as diversas facetas da globalização, pode-se afirmar que são vantagens desse processo:

- a acentuada integração dos mercados globais, facilitando as trocas comerciais entre os países;
- o desenvolvimento de diversas tecnologias, especialmente nas áreas dos transportes e das comunicações;
- a elevada difusão de conhecimento, tecnologias e serviços que permitiram a melhoria da qualidade de vida da população;
- a divulgação de hábitos culturais de diversas sociedades, por meio da difusão tecnológica, especialmente a partir do advento da internet;
- o aumento da produção de riqueza em nível mundial, com o desenvolvimento econômico dos mercados globais.

Contudo, a globalização não é um processo homogêneo, tampouco apresenta somente pontos positivos. A integração global resultou em profundas disparidades econômicas, políticas e sociais, uma vez que não aconteceu de forma igualitária no globo.

São desvantagens do processo de globalização:

- a elevada pressão sobre os recursos naturais, amplamente utilizados para a produção de bens manufaturados;
- o aumento do impacto nos ambientes naturais do globo, como a poluição da água, do ar e do solo, além dos desmatamentos e das queimadas;
- a precarização das legislações trabalhistas e ambientais, com o intuito de diminuir os custos de produção industrial;
- a acentuação da desigualdade social, especialmente em países emergentes e menos desenvolvidos.

Movimentos antiglobalização

Os movimentos antiglobalização são entendidos, de certa forma, como uma resposta aos aspectos negativos da globalização, sobretudo ao impacto provocado pela integração das cadeias produtivas globais à sociedade e ao

espaço. Esses movimentos são bastante heterogêneos e reúnem ativistas que buscam atenuar os efeitos da globalização, especialmente sobre zonas ambientalmente vulneráveis e populações formadas por minorias diversas.

São exemplos de movimentos antiglobalização a atuação de organizações não governamentais, grupos de ambientalistas diversos, sindicatos industriais públicos e privados, além de grupos organizados de indígenas, ribeirinhos e quilombolas. A existência de movimentos antiglobalização e sua atuação remetem ao caráter perverso da globalização, que, apesar do aumento da geração de riqueza em nível mundial, provocou profundas desigualdades sociais. (CAMPOS, 2024)

ATIVIDADES

Estudante, agora é o momento de verificar sua aprendizagem através das atividades, para que assim você possa rever e confirmar o que entendeu e assimilou ao estudar os diversos temas relacionados à Globalização.

Leia as questões, consulte todos os textos relacionados à Globalização e realize a tarefa com muita atenção e foco.

1. Cite o que o desenvolvimento dos transportes e das comunicações, características da globalização, possibilitou na sociedade mundial:

2. Cite e explique resumidamente as quatro fases da Globalização:

3. Corresponde à integração das cadeias produtivas globais, desde a fabricação até a comercialização, que é uma característica importante do processo de globalização.

- A) Globalização cultural
- B) Globalização Moderna
- C) Globalização Industrial
- D) Globalização econômica
- E) Globalização Tecnológica

4. O aumento da integração da hierarquia urbana brasileira, do desenvolvimento do mercado interno, do maior acesso aos produtos manufaturados e também o aumento da desigualdade socioespacial brasileira é consequência...

- A) das Grandes Navegações.
- B) da Revolução Industrial
- C) da Cadeia produtiva nacional.
- D) da modernização dos transportes.
- E) da Globalização no Brasil.

5. Cite duas vantagens e duas desvantagens da Globalização, justificando a importância e o que causam à sociedade brasileira:

6. O que os movimentos antiglobalização buscam atenuar na sociedade?

7. (Enem) Não acho que seja possível identificar a globalização apenas com a criação de uma economia global, embora este seja seu ponto focal e sua característica mais óbvia. Precisamos olhar além da economia. Antes de tudo, a globalização depende da eliminação de obstáculos técnicos, não de obstáculos econômicos. Isso tornou possível organizar a produção, e não

apenas o comércio, em escala internacional. HOBBSBAWM, E. O novo século: entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Cia. das Letras, 2000 (adaptado).

Um fator essencial para a organização da produção, na conjuntura destacada no texto, é a:

- A) criação de uniões aduaneiras.
- B) difusão de padrões culturais.
- C) melhoria na infraestrutura de transportes.
- D) supressão das barreiras para comercialização.
- E) organização de regras nas relações internacionais.

8. (Enem) Sozinho vai descobrindo o caminho/ O rádio fez assim com seu avô/ Rodovia, hidrovía, ferrovia/ E agora chegando a infovia/ Para alegria de todo o interior. GIL, G. Banda larga cordel. Disponível em: www.uol.vagalume.com.br. Acesso em: 16 abr. 2010 (fragmento).

O trecho da canção faz referência a uma das dinâmicas centrais da globalização, diretamente associada ao processo de

- A) evolução da tecnologia da informação.
- B) expansão das empresas transnacionais.
- C) ampliação dos protecionismos alfandegários.
- D) expansão das áreas urbanas do interior.
- E) evolução dos fluxos populacionais.

SOCIEDADE DE CONSUMO

Caro (a) estudante, estudar, analisar e compreender as questões acerca do consumismo merece muita atenção e criticidade, pois no contexto atual o consumismo se tornou responsável por inúmeros problemas sociais, modificando, alterando e impactando efetivamente a sociedade, e, por conseguinte, todo o meio ambiente e o planeta.

Diante disso torna-se necessário identificar hábitos, práticas individuais e coletivas para que se conheça e compreenda essa sociedade, para que na contemporaneidade possa ser capaz de pensar e elaborar propostas de ações que promovam a sustentabilidade socioambiental e o consumo responsável.

Enfatizo uma atenção maior à influência e ao poder que os meios de comunicação exercem na sociedade e no seu comportamento em relação ao consumo, instigando os indivíduos para o consumo, especialmente de produtos que ele realmente não precisa, consolidando as engrenagens do sistema econômico que provocam inúmeros impactos sociais e ambientais na consolidação dessa cultura ideológica consumista construída e defendida pela sociedade capitalista.

TEXTO: Consumismo

O consumismo define a relação de quebra entre a ação de comprar e a necessidade do que está sendo adquirido.

As definições oficiais associam a palavra consumismo ao ato de comprar, ressaltando a especialidade da ausência de necessidade por parte do comprador em grande parte das negociações. Isso quer dizer basicamente que a palavra consumismo, em suma, significa o ato de comprar muitas coisas que, em sua maioria, não são necessárias.

No consumo, o ato de comprar está diretamente relacionado à necessidade ou à sobrevivência. Já quando se trata de consumismo, essa relação está rompida, ou seja, a pessoa não precisa daquilo que está adquirindo. O consumismo está vinculado ao gasto em produtos sem utilidade imediata, supérfluos. Esse hábito vem sendo discutido por muitos autores em suas origens e dimensões. Alguns estudiosos apontam a importância da publicidade na construção da obsessão pelo ato de comprar. Outros autores destacam a vinculação histórica da possibilidade de compra à vida boa, riqueza, saúde. Isso quer dizer que ao longo dos anos, pessoas que tinham maior poder de compra eram consideradas melhores que pessoas com menor poder de compra.

Quando o ato de comprar está vinculado diretamente à ansiedade e à satisfação, podemos dizer que se trata de uma compulsão. Em alguns casos, isso pode representar grandes perdas em termos de relacionamento interpessoal e qualidade de vida. Para que seja considerado doentio, o consumismo precisa representar uma parcela significativa da vida e dos pensamentos da pessoa, de forma que sua saúde emocional, psicológica ou mesmo social e financeira estejam abaladas. Nesses casos, a cisão entre necessidade e motivação da compra é completa, ou seja, a pessoa definitivamente não precisa e, muitas vezes, nem se dá conta do que está comprando.

A origem da tendência de compulsão pelo ato de comprar tem suas origens na história da humanidade. Após os eventos da Revolução Industrial, os processos de produção e circulação de bens foram agilizados. Com o avanço da produção, houve um grande distanciamento das pessoas e do conhecimento em relação aos meios de produção. Para entender como isso se deu, basta pensar o quanto você conhece, por exemplo, dos processos de produção das coisas que você compra. Você sabe como são fabricados os produtos de higiene, alimentação, itens de decoração e outros? Conhece as formas de distribuição, importação e exportação? É justamente esse desconhecimento que historicamente foi denominado alienação. A alienação é a principal dimensão do consumismo, está na base da compra desvinculada da necessidade e do desconhecimento em relação ao valor de compra e de uso.

Ainda discutindo a história da tendência consumista, podemos destacar a vinculação da possibilidade de comprar ao poder, já que, por muitos anos, o consumo era privilégio de classes mais ricas. Com o desenvolvimento econômico, da produção e da publicidade, as distâncias foram sendo diminuídas. O que se pode perceber na atualidade é um nivelamento de desejos: crianças pobres e ricas querem os mesmos brinquedos, adultos de classes sociais distintas têm as mesmas vontades, reforçadas pelos modelos e padrões de vida apresentados pela mídia, como os gostos e hábitos de celebridades.

A criação e valorização social de padrões de comportamento é outra dimensão importante do consumismo. Para atingir o padrão de sucesso e boa vida, inúmeras pessoas investem seus esforços para adquirir bens que não necessitam. (ESCOLA, 2024)

ATIVIDADES

Caro (a) estudante, para realizar essa atividade, você deve ler e consultar o texto *Sociedade de consumo, o consumismo*, para que possa encontrar as respostas, e se for oportuno, pesquise na internet, nos livros de Sociologia disponíveis na Biblioteca, esclareça suas dúvidas com o professor orientador, visando sempre ampliar e enriquecer seus conhecimentos.

Aproveito para informar-lhe que está quase concluindo seus estudos sociológicos. Então mantenha sua dedicação e foco.

Sucesso e bom trabalho!

1. No consumismo, para atingir o sucesso e boa vida, o que inúmeras pessoas fazem?

2.. Se tornou a principal dimensão do consumismo, está na base da compra desvinculada da necessidade e do desconhecimento em relação ao valor de compra e de uso.

- A) A Revolução Industrial
- B) A compulsão por comprar
- C) A alienação
- D) O desenvolvimento econômico
- E) A publicidade

3. Na discussão sobre a tendência consumista e a vinculação de comprar ao poder, cite como que o desenvolvimento econômico, da produção e da publicidade diminuiu as distâncias entre as classes:

4. A compulsão pelo ato de comprar tem suas origens na história da humanidade, e o evento que causou um grande distanciamento das pessoas e do conhecimento em relação aos meios de produção foi...

- A) O consumo
- B) A Revolução Industrial
- C) O consumismo
- D) A aquisição financeira
- E) O avanço da produção

5. De acordo com a autora, em suma, qual é o significado da palavra consumismo?

6. Quais foram os fatores que contribuíram para diminuir as distâncias entre as classes no estudo da história da tendência consumista da sociedade?

7. Explique quando que o consumismo pode ser considerado doentio, segundo a autora:

Para saber mais...

Sites com conteúdos de Sociologia:

- ⇒ Acesse e pesquise no site da SEEMG (Programa SE LIGA) o tema, o assunto que desejar aprofundar.
<https://seliga.educacao.mg.gov.br/se-liga-na-educa%C3%A7%C3%A3o-2024>
- ⇒ Acesse e pesquise temas de Sociologia no “blog café com Sociologia”- link: <https://cafecomsociologia.com/>

Vídeos no Youtube

- ⇒ Acesse e assista à videoaula “Desigualdade de gênero” - disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xJvP7yuEg_0&t=41s
- ⇒ Acesse e assista à videoaula Poder, política e Estado - disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UI67v44GQ6A>
- ⇒ Acesse e assista à videoaula “ O que é Globalização” - disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CpkjTkCFOjQ&t=40s>

Livros de Sociologia para enriquecimento e pesquisa

- ⇒ SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em movimento**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ⇒ TOMAZI, Nelson Dacio. ROSSI, Marco Antônio. **Sociologia para o ensino médio**: volume único /5. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

REFERÊNCIAS

5 MOTIVOS para discutir questões de gênero na escola. Revista Fórum, 2015. Disponível em <https://revistaforum.com.br/colunistas/questaodegenero/2015/6/19/motivos-para-discutir-questes-de-gnero-na-escola-20472.html> Acesso jul 2024

BODART, Cristiano das Neves. O ensino de Sociologia e a importância de desnaturalizar a naturalização. **Blog Café com Sociologia**. jun. 2021. Disponível em <https://cafecomsociologia.com/ensino-de-sociologia-desnaturalizacao-naturalizacao/> Acesso: jun 2024.

CAMPOS, Mateus. Globalização. Mundo Educação, 2024. Disponível em <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/globalizacao.htm> . Acesso: maio 2024.

ESCOLA, Brasil. **Consumismo**. Brasil Escola. [s.l.]. 2024 Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/psicologia/consumismo.htm> Acesso: jul 2024.

FERRARI, Juliana Spinelli Ferrari.CONSUMISMO. disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/psicologia/consumismo.htm>. acesso: maio 2024

LOPES, Roseli Esquerdo. **Os marcadores sociais da diferença: contribuições para a terapia ocupacional social**. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 28(3), 1061-1071, 2020. Disponível em <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/2452/1375> Acesso: maio 2024

MACHADO, Igor José de Renó; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de. **Sociologia Hoje**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2014.

MINAS GERAIS. **Currículo referência de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/ens-medio/curriculo-referencia-ensino-medio> Acesso: maio 2024

MINAS GERAIS. **Planos de Curso EJA MG 2024**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/plano-de-cursos-crmg> Acesso: 18 maio 2024

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo Cesar. **Sociologia para jovens do século XXI** - 4. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

PISCITELLI, Adriana Gracia. Gênero: a história de um conceito. In: PISCITELLI, Adriana Gracia. **Diferenças, igualdade**. Organização de Heloisa Buarque de Almeida, José Szwako. São Paulo, SP: Berlendis & Vertecchia, 2009. (Sociedade em foco) p. 116-148. Disponível em <https://hdl.handle.net/20.500.12733/12173> Acesso: jul 2024.

SÃO PAULO. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI), Secretaria da Educação (SEE). **Sociologia : caderno do estudante**. São Paulo, 2015. - Educação de Jovens e Adultos (EJA) : Mundo do Trabalho modalidade semipresencial, v. 1) Disponível em <https://www.ceejaxmax.com/servi%C3%A7os/ensino-medio/sociologia/> Acesso: jun 2024

SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em movimento**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.

TOMAZI, Nelson Dacio. ROSSI, Marco Antônio. **Sociologia para o ensino médio**: volume único. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Racismo “à brasileira”. In: PISCITELLI, Adriana Gracia. **Diferenças, igualdade**. Organização de Heloisa Buarque de Almeida, José Szwako. São Paulo, SP: Berlendis & Vertecchia, 2009. (Sociedade em foco) p. 116-148. Disponível em <https://hdl.handle.net/20.500.12733/12173> Acesso: jul 2024.